

# Caxias, a Igreja e a Maçonaria



Raul José de Abreu Sturari\*

**Resumo:** Neste ensaio, o autor busca apresentar o Marechal Luiz Alves de Lima e Silva sob o enfoque que explora aspectos religiosos e filosóficos de sua personalidade, sem omitir as passagens mais importantes de sua vida como parte fundamental da história do Brasil imperial.

**Palavras-chave:** Luiz Alves de Lima e Silva, Caxias, Maçonaria.

**L**uiz Alves descendia de tradicional família católica de militares. Seus pais, o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva e D. Cândida de Oliveira Belo, são fruto de extensa árvore genealógica com raízes européias, principalmente fincadas na Península Ibérica.

Do lado paterno, devem ser apontadas as famílias dos Silveiras, dos Soromenhos, dos Brandões, dos FONSECAS, dos Limas e dos Silvas, todos com marcantes passagens na história da Espanha e, especialmente, de Portugal, onde traçaram respeitável nobiliarquia. Seu pai, filho do Marechal José Joaquim de Lima e Silva, nasceu em 1785, no Rio de Janeiro, o que revela uma acendrada brasilidade familiar. Do lado materno, ressaltam os representantes da família Belo, também destacados militares católicos, sendo seu avô o Coronel Luiz Alves

de Freitas Belo, cujos filhos foram os marechais Wenceslau de Oliveira Belo e Joaquim Mariano de Oliveira Belo.

As monarquias lusitana e brasileira sempre estiveram fortemente ligadas à Igreja Católica Apostólica Romana. Era o chamado regalismo, que estatuiu o catolicismo como credo oficial do Brasil, ao tempo em que reservava ao chefe de Estado profunda ingerência nas questões religiosas. “Em tese, o clero era composto de funcionários públicos, estipendiados pela famosa cômputo, abonada, a cada sacerdote, pelo tesouro imperial.”<sup>1</sup> Essa prática fazia da Igreja e de seus integrantes um importante instrumento governamental para o desempenho de tarefas voltadas, principalmente, para a área social. A educação, por exemplo, era

\* Coronel de Infantaria e Estado-Maior. Mestre-Maçom.

1 BRASIL, Francisco de Souza. Caxias: militar-estadista. In *Revista Militar Brasileira*, ano 66, v. 116. Brasília: Centro de Documentação do Exército, 1980, p. 38.

praticamente monopolizada pelas ordens religiosas, exceto nos institutos destinados à formação militar.

Foi nesse ambiente que o varão Luiz Alves nasceu, em 1803, na fazenda Taquaruçu, Província do Rio de Janeiro – hoje município de Duque de Caxias. À época, essa região pertencia à vasta freguesia (distrito paroquial) de Nossa Senhora da Piedade do Inhomirim, criada em 1677, cujas comunidades estendiam-se “serra acima” e “serra abaixo”, englobando áreas hoje pertencentes aos municípios de Petrópolis e Magé.

Conforme as arraigadas características familiares, bem como as tradições sociais vigentes à época, pode-se afirmar ter sido o jovem Luiz criado em severo ambiente religioso católico, sendo seus pais assíduos frequentadores da Igreja e praticantes dos ritos e costumes que o clero difundia pelo reino.

Essas práticas foram incrementadas pela presença da Corte portuguesa que, em 1808, trasladou-se para o Brasil, trazendo consigo os mais distinguidos clérigos da Metrópole. Nesse ano – contando apenas 5 anos de idade e seguindo as tradições das nobres famílias de militares – era o menino Luiz declarado cadete, assentando praça no 1º Regimento de Infantaria de Linha.

Durante a síntese de sua riquíssima história, a seguir apresentada, serão enfatizados alguns dos mais significativos aspectos religiosos e filosóficos de sua personalidade, destacando sua atuação como católico praticante e maçom de destaque.

#### O OFICIAL DAS ARMAS DA CORTE

Por sua condição de cadete, em princípios de 1818 é matriculado na Academia

Real Militar, para um curso de três anos, que lhe propiciou a promoção ao posto de tenente. Segue-se a Independência e, em 10 de novembro de 1822 – convenientemente escolhido por ser o dia da apresentação de Nossa Senhora – é realizada uma marcante cerimônia na Capela Imperial, com a presença do Imperador, de sua Corte e das mais ilustres autoridades políticas, militares e eclesiásticas do novo reino.

Nessa ocasião, o bispo capelão-mor, D. José Caetano da Silva Coutinho, abençoou o novo pavilhão nacional, entregando-o ao Imperador D. Pedro I. Solenemente, o mesmo é repassado ao Ministro da Guerra,<sup>2</sup> ao Comandante do Corpo e, finalmente, ao Tenente Luiz Alves, primeiro porta-bandeira do Brasil independente. Foi então executada uma salva de cento e um tiros de canhão e três descargas de infantaria.

Vale destacar o caráter predominantemente religioso dessa solenidade que, nos dias atuais, seria tão-somente político-militar, demonstrando a importância da Igreja Católica junto ao jovem país emancipado, mas cujo governo era conduzido à imagem e semelhança da antiga metrópole portuguesa.

Foi nessa condição de primeiro porta-bandeira e ajudante do Batalhão do Imperador – escolhido pessoalmente por D. Pedro I para as mais importantes missões que se apresentavam – que o Tenente Luiz Alves seguiu para a Bahia, onde teve seu batismo de fogo na campanha pela independência, sob o comando de seu tio, o Coro-

<sup>2</sup> O Ministro da Guerra era João Vieira de Carvalho, futuro Marquês de Lages, desde essa época um admirador do jovem oficial e que terá fundamental importância em algumas das mais significativas passagens de sua vida pessoal e profissional.

nel José Joaquim de Lima e Silva. Por sua heróica participação, foi condecorado com o Hábito do Cruzeiro e, de volta à Corte, promovido ao posto de capitão, com somente 20 anos de idade. Muito mais tarde, o próprio Senador Caxias, referindo-se à promoção de um outro jovem oficial, justificaria: “Depois das primeiras batalhas, criou-se nos exércitos em campanha a aristocracia da bravura.”<sup>3</sup>

Após um profícuo período na capital, segue o Capitão Luiz Alves para a Campanha Cisplatina, que culminaria com a independência do Uruguai. Ali, uma vez mais, fica patente a religiosidade da tropa: todos os dias, logo após os toques de alvorada, seguia-se invariavelmente a reza do terço e, em seguida, era feito “executar pelos milicianos e mercenários o férreo regulamento do Conde de Lippe, jurado em presença da Bandeira, e com as mãos sobre os evangelhos”.<sup>4</sup>

De volta à capital e promovido a major, Luiz Alves é mais uma vez designado para servir no Batalhão do Imperador, onde participa do episódio da abdicação de D. Pedro I. Suas próprias palavras, proferidas bem mais tarde, no Senado, são esclarecedoras:

“O Batalhão do Imperador foi um dos últimos corpos que chegaram ao Campo de Santana, tendo para ali marchado em ordem, conduzido pelo seu próprio comandante, ocupando eu o meu lugar de major. Marchei, portanto, em virtude de ordem competente; não fui revolucionário. Estimei a abdi-

cação; julguei que era vantagem para o Brasil, mas não concorri direta ou indiretamente para ela.”<sup>5</sup>

O período regencial que se seguiu foi um dos mais conturbados da história brasileira, onde diversos grupos, defendendo idéias e ideais divergentes e, por vezes, antagônicos, promoviam desordem e anarquia por todo o território nacional. Uma das soluções foi a organização do famoso Batalhão Sagrado, formado exclusivamente por oficiais, encarregado de manter a ordem pública, inclusive com patrulhamento constante e ostensivo. Foi o Major Luiz Alves o seu subcomandante e, a seguir, encarregado pelo Padre regente Diogo Antônio Feijó de organizar e comandar o Corpo de Municipais Permanentes, precursor da Polícia Militar do Rio de Janeiro, quando teve a seu cargo a missão de debelar uma das mais importantes rebeliões ocorridas na capital, a Abrilada.

Luiz Alves casou-se com Ana Luíza Carneiro Viana, em 6 de janeiro de 1833. Aníca, como era chamada na intimidade, havia perdido o pai, o intendente Fernandes Viana, e sua mãe, D. Luíza Rosa, movida por rancores políticos e certo preconceito aristocrático, não concordava com o enlace.

Para concretizá-lo, o jovem casal promoveu uma familiar conspiração, envolvendo o irmão da noiva, o futuro Conde de São Simão, um amigo, o Visconde de Mirandela, e o próprio padre. E foi assim que, no Dia de Reis, em meio à tradicional missa realizada no oratório particular dos Viana, a um sinal do sacerdote, aproximaram-se do altar o Major Luiz, com 30, e Ana Luí-

3 CARVALHO, Affonso de. *Caxias*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1976, p. 21.

4 Idem, p. 24.

5 Idem, p. 45.



za, com 16 anos de idade, acompanhados dos padrinhos. Eram as bênçãos de Deus demovendo as vontades contrárias.

Mais tarde, em 2 de fevereiro, dia de Nossa Senhora da Candelária, seria efetuado o casamento oficial e público. A união foi, assim, concretizada em duas cerimônias religiosas, uma como que para referendar a outra, ressaltando a importância das leis divinas nos destinos e nas convicções da família que se formava.

Do enlace nasceram um filho e duas filhas. O primeiro faleceu prematuramente, aos 14 anos, causando um desgosto jamais esquecido pelo valoroso soldado. As filhas, criadas sob o manto do amor, acompanharam a trajetória dos pais até o fim, em um ambiente sempre caracterizado por acentuada paz cristã.

#### A PRIMEIRA GRANDE AÇÃO PACIFICADORA

Em fins da década de 1830, tumultuada pelo surgimento de diversas insurreições de vulto, eclodiu no Maranhão a Balaiada, revolução sangrenta de facínoras e desordeiros, dispostos a destruir a ordem vigente, enquanto o poder era anarquicamente disputado por *cabanos* e *bentevis*. Nomeado presidente da província e comandante do exército pacificador pelo Conde de Lajes, então Ministro da Guerra, o Coronel Luiz Alves partiu imediatamente para desempenhar a difícil tarefa.

Ao assumir as funções, sua proclamação foi, antes de tudo, uma demonstração de fé cristã, perfeitamente caracterizada por suas palavras finais:

“Maranhenses! Mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos

partidos que entre vós existem. Deveis conhecer as necessidades e as vantagens da paz, condição de riqueza e prosperidade dos povos, e confiando na *Divina Providência*, que tantas vezes nos tem salvado, espero achar em vós tudo o que for mister para o triunfo de nossa *santa causa*.”<sup>6</sup> (O grifo é nosso.)

Sua ação militar foi precedida de medidas político-administrativas, que tinham por finalidade não apenas preparar logisticamente as tropas para uma vitoriosa campanha. O império da ordem e da moralidade, diuturnamente exigido e praticado pelo líder, mudou rapidamente o cotidiano da província, fazendo prevalecer a autoridade e o exemplo dos homens livres e de bons costumes.

As manobras que se seguiram foram em tudo vitoriosas – principalmente as que foram conduzidas na região do município de Caxias – terminando com a morte ou a rendição de quase todos os principais líderes revoltosos. A seguir, um fato político proporcionou ao Coronel Luiz Alves uma oportunidade de ouro: a declaração da maioria de D. Pedro II, que inusitadamente levou *cabanos* e *bentevis*, antes inimigos ferozes, a se unirem no apoio ao jovem monarca.

O presidente da província agiu rápido, mandando publicar a anistia concedida pelo imperador, serenando os ânimos políticos. Faltava pacificar os últimos bandoleiros, que foram rendidos em face da liderança e das operações militares bem-sucedidas.

De volta à capital, Luiz Alves foi promovido a general, em 18 de julho de 1841,

6 CARVALHO, op. cit., p. 76.

ao tempo em que lhe era conferido o título nobiliárquico de Barão de Caxias.

#### NA MAÇONARIA

Foi possivelmente no período que se seguiu ao seu retorno do Maranhão que Caxias foi iniciado na Maçonaria, convidado por alguns de seus mais diletos amigos e companheiros de farda, tais como: José Clemente Pereira, Ministro da Guerra, Marechal de Campo João da Costa Brito Sanches, Tenente-General Manoel Joaquim Pereira da Silva, comandante da Guarda Nacional, e Almirante Felix Martins, futuro Visconde de Inhaúma.

O seu mais provável padrinho na ordem, todavia, parece ter sido João Vieira de Carvalho, o Conde de Lajes, sucessor, a partir de 1840, de Francisco Gê Acaiaba de Montezuma à frente do Supremo Conselho Para o Império do Brasil, do Rito Escocês Antigo e Aceito.

Torna-se oportuna uma pequena digressão sobre a maçonaria brasileira. A primeira obediência, o Grande Oriente do Brasil, foi fundada em 17 de junho de 1822, e fechada em fins de outubro do mesmo ano, por ordem do Imperador e segundo Grão-Mestre, D. Pedro I, diretamente influenciado por José Bonifácio de Andrada e Silva, seu primeiro Grão-Mestre. Tratou-se, na verdade, de uma acirrada disputa entre o grupo deste último – poderoso ministro do governo recém-empossado – e o grupo de Gonçalves Ledo, um dos idealizadores dessa agremiação maçônica e ardoroso defensor de uma monarquia constitucional, onde o Imperador tivesse seus poderes estritamente delimitados pela Carta Magna.

O Grande Oriente do Brasil (GOB) só foi reinstalado cerca de nove anos depois – em 1831, após a abdicação de D. Pedro I e o início do período regencial –, porém já com uma dissidência: o chamado Grande Oriente do Passeio (GOP).

O citado Supremo Conselho Para o Império do Brasil, do Rito Escocês Antigo e Aceito, fundado em 1832 com patente fornecida pelo Supremo Conselho dos Países Baixos, trabalhava como uma terceira potência maçônica – além, portanto, do GOB e do GOP – e possuía, além das Lojas Filosóficas, Lojas Simbólicas, como a *23 de Julho*, a *2 de Dezembro* e a *São Pedro de Alcântara*.

#### A SEGUNDA GRANDE AÇÃO PACIFICADORA

Em 1842, com a deflagração das revoluções liberais de São Paulo e Minas, Caxias foi nomeado vice-presidente da Província de São Paulo e comandante-chefe das forças governamentais, tendo realizado uma espetacular campanha militar, rápida e incruenta. Ficou conhecida a maneira cortês, embora firme, com que tratou o Padre Feijó, líder paulista da rebelião. Havia um clima de profundo respeito mútuo entre o general e o ex-regente do País, que agora provavelmente já se reconheciam como irmãos maçons. A troca de cartas entre eles merece especial registro:

“Quem diria que em qualquer tempo o Sr. Luiz Alves seria obrigado a combater o Padre Feijó? Tais são as coisas deste mundo.”

“Respondo a V. Exa. pelas mesmas palavras da sua carta hoje recebida. Direi:

‘Quando pensaria eu em algum tempo que teria que usar a força para chamar à ordem o Sr. Diogo Antônio Feijó?’ Tais as coisas do mundo.”

#### NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Nesse mesmo ano, o insigne militar foi nomeado presidente da Província do Rio Grande do Sul e comandante-chefe das forças locais. Era preciso alguém de seu quilate para pacificar a Revolução Farroupilha, que perdurava desde 1835. Mais uma vez estaria em lado oposto a destacados irmãos maçons, como Guiseppe Garibaldi, David Canabarro e Bento Gonçalves.<sup>7</sup>

Ainda em fins de 1842, um acordo entre o Supremo Conselho Para o Império do Brasil, do Rito Escocês Antigo e Aceito e o Grande Oriente do Passeio (GOP) estabelecia as bases de uma fusão que, durante cerca de meia década, possibilitou a formação de uma potência maçônica sólida e influente.

No Sul do País, Caxias marcou sua presença em vibrante apelo ao povo gaúcho, uma vez mais de caráter predominantemente religioso:

“(…) a *Divina Providência*, que de mim tem feito um instrumento de paz para a terra em que eu nasci, fará com que eu possa satisfazer os ardentes desejos do magnânimo monarca do Brasil todo. Rio-grandenses! Segui-me, ajudai-me, e a paz coroará nossos esforços.”<sup>8</sup> (O grifo é nosso.)

Caxias retornou em 1845, vitorioso e laureado. Sua passagem pelo Rio Grande do

Sul foi plena de êxitos, seja no que se refere à organização político-administrativa da província, seja no que diz respeito ao campo militar, após um prudente período de reestruturação e treinamento das tropas.

Seu espírito religioso ficou, todavia, indelevelmente marcado por ocasião de sua entrada triunfal na vila de Bagé, com as forças imperiais. O pároco local indagou a Caxias sobre a realização de um *Te Deum* em ação da vitória. Respondeu-lhe o general:

“(…) Reverendo! Precedeu a esse triunfo derramamento de sangue brasileiro. Não conto como troféus desgraças de concidadãos meus. Guerreio dissidentes, mas sinto as suas desditas, e choro pelas vítimas como um pai por seus filhos. Vá, reverendo, vá... e em lugar de um *Te Deum* celebre missa de defunto, que eu, com o meu estado-maior, e a tropa que na sua igreja couber, irei amanhã ouvi-la, pela alma de nossos irmãos iludidos que pereceram no combate.”<sup>9</sup>

É também conhecida a conferência realizada sob total discrição e segredo (maçônico?) entre Luiz Alves e Bento Gonçalves, estabelecendo as bases para o acordo que viria perenizar a pacificação da mais longa revolta interna do País, unindo os nacionais, impedindo ódios e afastando rancores que pudessem, a médio e longo prazos, fazer eclodir outras sedições.

De volta ao Rio de Janeiro, foi promovido a marechal-de-campo, eleito e nomeado senador vitalício pelo próprio Rio Grande do Sul e distinguido com o título de Conde de Caxias.

7 CARVALHO, op. cit., p. 95 e 96.

8 CARVALHO, op. cit., p. 135.

9 PROBER, Kurt. *Duque de Caxias: sua vida na Maçonaria*. Rio de Janeiro: Academia Maçônica de Letras, 1972, p. 9.



## NO GRANDE ORIENTE DE CAXIAS

Retornando às lides maçônicas, encontrou o Supremo Conselho Para o Império do Brasil do Rito Escocês Antigo e Aceito (SCREAA) e o Grande Oriente do Passeio (GOP) vivendo um cisma que acabaria por envolvê-lo.

O Grão-Mestre do GOP, Cândido Araújo Viana, demitiu-se em caráter irrevogável em 1846 e desencadeou uma crise sem precedentes. Após uma tumultuada eleição, foi empossado, como Grão-Mestre, Manoel Alves Branco, tendo como feroz adversário João da Costa Brito Sanches. Essa eleição não contou com o apoio do Conde de Lajes, que permanecia como Soberano Grande Comendador do SCREAA e encontrava-se doente. Ele sabia que, após seu afastamento, suas funções passariam a ser acumuladas pelo Grão-Mestre do GOP, conforme acordo firmado em 1842.

Antecipando-se, o Conde de Lajes nomeou Caxias seu lugar-tenente. Este, após assistir a diversos choques entre Alves Branco e Brito Sanches, por não concordar com as insídias de ambas as partes, declarou-se independente, em março de 1847, e tornou-se Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito e Grão-Mestre do Antigo Grande Oriente do Império do Brasil, com apoio de diversas lojas, tais como a *23 de Julho*, a *2 de Dezembro*, a *União Escosseza*, a *Triumpho do Brasil* e a *24 de Julho*. Estava criado aquele que passou a ser conhecido como o Grande Oriente de Caxias.

Apesar de suas múltiplas atividades como militar e político, Caxias passou a dedicar-se com afinco às suas funções maçônicas, organizando o expediente, criando e regularizando as agremiações maçônicas. Sua obediência crescia e consolidava-se, mercê de sua competência administrativa, de sua ilibada conduta e de seu prestígio nacional. Todavia, consoante seu espírito conciliador, e entendendo ser a união o melhor caminho para o futuro da Ordem, buscou uma aproximação com o Grande Oriente do Brasil (GOB), estabelecendo contatos preliminares com seus dirigentes e oferecendo condições que pudessem servir de base para uma futura fusão.

É digna de registro a coletânea de *Discursos e mais peças de arquitetura recitadas por ocasião da posse das luzes e mais dignidades da sempre augusta e respeitável Loja União Escocesa, e oferecidas ao Soberano Grande Comendador e Grande Inspetor do Grau 33, Conde de Caxias*, de 1847, de onde se extrai, por exemplo, o seguinte:

“(...) conjuro-vos a lançar vossas vistas ao altar. Ali deparareis com o símbolo da força, do poder e da justiça; ali vereis uma frente nobre e pura, coroada do mais merecido e verde louro; ali encontrareis o complexo de todas as virtudes maçônicas, e a união íntima de todos os deveres sociais: ilustrado e grande, leal e verdadeiro, honrado e pródigo, guerreiro e insigne cidadão clemente, o Conde de Caxias, Grande Comendador, sobranceiro a quem quer que ouse disputar sua glória, benigno para com seus zoilos, que não se atrevem a erguer a cerviz em sua pre-

sença, empunha nobremente o primeiro malhete deste círculo, ensina-nos a vereda que deveis seguir, e caminha por diante da prosperidade do majestoso Oriente que ofusca o pretendido brilho com que se ataviam os demais.<sup>10</sup>

Nomeado comandante-chefe do Exército brasileiro e presidente da Província do Rio Grande, em 1851, Caxias partiu para a campanha contra Oribe e Rosas. Retornou vitorioso em 1852 e, nesse mesmo ano, consolidou a fusão da sua potência com o GOB, apesar de ter encontrado, por parte de algumas de suas lojas, uma dissidência maior do que a esperada. Esse ato de união foi fundamental para o incremento do prestígio do Grande Oriente do Brasil, pela legitimidade da antiga Carta de Montezuma e pela força das lojas incorporadas. O Rito Escocês Antigo e Aceito é, atualmente, predominante em nosso País, sendo praticado em milhares de lojas jurisdicionadas às diversas vertentes da maçonaria brasileira. Luiz Alves continuou como membro ativo da Ordem, mas afastado de cargos, uma vez que abdicou espontaneamente dos seus, quando da fusão.

Em 1855, Caxias foi nomeado ministro da Guerra e assumiu a presidência do Conselho de Ministros – cargo equiparado ao de primeiro-ministro, no período do Império que, para alguns historiadores, ficou conhecido como parlamentarista. Ali permaneceu até 1857.

Novamente requisitado por D. Pedro II, retornou às funções de ministro da Guerra e presidente do Conselho de Ministros em

10 ROSÁRIO, Carlos José do. *Discursos e mais peças de arquitetura recitadas...* Loja União Escocesa. Rio de Janeiro: Tipografia do Irmão Bintot, 1847, p. 10-11.

1861, ficando até 1862, quando foi nomeado marechal graduado. Na maçonaria, concederam-lhe o título de grão-mestre honorário e membro efetivo do Supremo Conselho do Brasil, junto ao GOB.

#### NA GUERRA DO PARAGUAI

Com o início da Guerra do Paraguai, em 1865, o encanecido marechal passou a acompanhar cerradamente as operações militares sem, no entanto, exercer diretamente cargos de comando. Contudo, os problemas da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai), refletidos no péssimo estado das tropas aliadas, exigiram a presença do mais ilustre dos chefes. Caxias foi nomeado em fins de 1866, sendo efetivado marechal-de-exército. Após paciente e eficaz trabalho de reorganização, treinamento, reequipamento e motivação, liderou as tropas em ininterrupta e resoluta ofensiva contra o ditador Solano López, entrando vitorioso em Assunção no ano de 1869.

Sua religiosidade estivera também presente durante todo o conflito.

De regresso à Pátria, recebeu o título de Duque, único da História do Brasil. Além disso, assumiu suas funções no Senado, sendo também nomeado para o Supremo Tribunal Militar de Justiça e conselheiro de Estado extraordinário. Na maçonaria, junto ao GOB, foi declarado representante do Supremo Conselho da Inglaterra no Brasil.

#### NA IRMANDADE DA SANTA CRUZ DOS MILITARES

Católico fervoroso e praticante, o destacado estadista ainda encontrava tempo



para dedicar-se à Irmandade da Cruz dos Militares, onde exerceu as funções de provedor, nos anos de 1871 e 1872. Sua passagem por essa instituição enseja uma sintética apresentação sobre a mesma na atualidade, bem como uma sintética apreciação de sua rica história.

As origens da Irmandade da Santa Cruz dos Militares remontam ao ano de 1628, quando oficiais e praças do antigo Forte de Santa Cruz se uniram para a construção de uma ermida, onde pudessem ser sepultados. Martim de Sá – então governador do Rio de Janeiro – é considerado seu primeiro provedor. Foi por duas vezes considerada imperial: por D. Pedro I, em 1828, e por D. Pedro II, em 1840, que se declararam seus protetores, a exemplo de D. João VI.

Como provedor da Irmandade, Caxias desenvolveu trabalhos claramente voltados para o amparo das viúvas e dos órfãos de militares, com iniciativas que devem ser consideradas como precursoras de um sistema de previdência, inexistente e inédito para o período histórico considerado, sob quaisquer aspectos que se queira analisar.

Era o líder militar, espada invencível, renomado estadista e detentor do mais alto grau de nobreza da Corte brasileira buscando resolver, por intermédio de uma organização não-governamental, algumas das mais graves conseqüências sociais da guerra recentemente terminada. Um pioneirismo que comprova, uma vez mais, ter sido Caxias um homem à frente de sua época.

## A IGREJA E A MAÇONARIA

Em 1875, apesar de relutante, Caxias assumiu uma vez mais as funções de ministro da Guerra e presidente do Conselho, atendendo a insistentes apelos do Imperador, que partia para o estrangeiro. Nessas funções, foi protagonista no desfecho da chamada Questão Religiosa, envolvendo a Maçonaria e a Igreja Católica.

Essa crise, iniciada em 1872, teve como estopim o inflamado discurso do Padre José Luiz de Almeida Martins, publicado nos jornais do Rio de Janeiro. Esse destacado maçom, na qualidade de Grande Orador interino do Grande Oriente do Brasil, elogiava a atuação da Ordem e, em particular, de seu Grão-Mestre e presidente do Conselho de Ministros, José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, na condução do movimento de abolição da escravatura.

Décadas de rivalidades, fomentadas na Europa, faziam com que os bispos brasileiros estivessem em franca oposição à Maçonaria. Diante disso, o bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda, exigiu o afastamento do Padre Almeida Martins da maçonaria e, diante da recusa deste, o suspendeu, desencadeando a crise. Diversos manifestos foram tornados públicos pelas mais importantes agremiações maçônicas.

Outros fatores, todavia, estimulavam a determinação de alguns destacados bispos de levar avante o contencioso. O principal, sem dúvida, era o já citado regalismo, uma vez que diversos setores do clero consideravam essa prática uma indevida inge-

rência dos governantes no poder temporal e, por vezes, no próprio poder espiritual da Igreja.

O bispo do Recife, Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, resolveu investir contra os maçons. Sua pastoral de 1872 termina assim:

“Esgotemos, reverendos párocos, todos os recursos da caridade e enviemos todos os esforços no intuito de esclarecer e arredar da sociedade maçônica aqueles que têm a infelicidade de ser nela iniciados. Mas, se estes, a despeito das caridosas e repetidas admoestações, permanecerem em sua criminosa obstinação, sejam eliminados do seio das irmandades e confrarias religiosas, e sofram as conseqüências da excomunhão maior, em que incorrerem *ipso facto*.<sup>11</sup>

As reações, como esperado, não tardaram. Os párocos (muitos também maçons) alegaram não poder cumprir as ordens, assim como as mesas regedoras das irmandades e confrarias. Recorreram ao presidente da província e, este, ao desembargador procurador da Coroa, invocando a inexistência do *placet regium*, ou seja, o Imperador não havia ratificado essas determinações de Roma para o território brasileiro.

O caso foi levado ao governo central, que acatou o recurso, determinando a D. Vital suspensão de seus atos. Seguiram-se intransigências de ambas as partes, que terminaram com a condenação do bispo de Olinda,

em fevereiro de 1874, à prisão de quatro anos com trabalhos, mais tarde comutada em prisão simples.

Simultaneamente, no Pará, o bispo D. Antônio de Macedo Costa empreendia semelhante cruzada contra a maçonaria. Adepto das mesmas idéias e amigo de D. Vital, o bispo paraense tudo fez para ter o mesmo destino que o bispo de Olinda, pois entendia que se tratava de uma questão puramente espiritual, onde a ingerência do governo brasileiro era indevida. As autoridades e os juízes não entendiam assim e, em julho de 1874, o condenaram a quatro anos de prisão com trabalhos, também mais tarde comutada em prisão simples.

Cabe aqui uma pequena digressão sobre os contenciosos que, ainda hoje, influenciam o relacionamento entre a Igreja Católica e a Maçonaria.

Criada e, durante séculos, conduzida sob a égide da Igreja, a Maçonaria tem suas origens históricas perdidas nas névoas do tempo. As primeiras fontes fidedignas de sua efetiva existência remontam ao século IX, em plena era medieval. Foi idealizada para desenvolver e manter hermeticamente guardados os segredos da arte de construir, importante atividade que conferia riqueza e poder junto aos senhores feudais. Daí as cerimônias iniciáticas e os juramentos, para evitar que os conhecimentos caíssem no domínio geral.

Durante essa fase – que passou a ser denominada de operativa – a maçonaria foi a maior responsável pela construção dos castelos e igrejas medievais da Europa.

Com o passar do tempo e, principalmente, com o Renascimento, os conhecimentos

<sup>11</sup> LINHARES, Marcelo. *A Maçonaria e a Questão Religiosa do Segundo Império*. Brasília: Senado Federal, 1988, p. 35.

de engenharia e arquitetura terminaram por cair no domínio público, levando ao declínio da maçonaria e, paulatinamente, sua transformação em uma agremiação de características sociais, culturais e filosóficas, que passou a aceitar membros que não eram necessariamente dedicados às construções.

Na Inglaterra, com o anglicanismo, a maçonaria iria desligar-se definitivamente da Igreja Católica, ao tempo em que se aproximava dos nobres, cada vez mais presentes às cerimônias iniciáticas. Em 1717, com a fundação da Grande Loja da Inglaterra, iniciar-se-ia a fase atual, denominada especulativa, onde os trabalhos e materiais de construção passaram a servir somente como referência para símbolos e alegorias que encerram valiosos ensinamentos morais e filosóficos.

A nova maçonaria rapidamente se espalhou pela Europa, reavivando antigas lojas decadentes e principalmente criando modernas agremiações. Na França, seu encontro com o iluminismo e os enciclopedistas foi o que restava para que a mesma adquirisse características revolucionárias.

Esse crescente poder político, como sói acontecer, encontrou fortes movimentos antagônicos, seja de governos, seja da própria Igreja, sempre próxima dos reis, senhores feudais e expressivas autoridades. Além disso, sua filosofia e seu sistema de moral ensejavam absoluta liberdade para que cada indivíduo buscasse a sua própria verdade, sendo seu único dogma a existência de um princípio criador, chamado de Grande (ou Supremo) Arquiteto do Universo. A maçonaria, portanto, não se sentia contrariada pelo cristianismo, mas é compre-

ensível que este entendesse como uma ameaça aos seus rígidos dogmas o fato de se aceitar qualquer crença.

A reação da Igreja, portanto, não tardou. Em 1738, o Papa Clemente XII, na bula *In eminenti*, pronunciou a primeira condenação pontifícia contra a maçonaria, apontando duas razões: o segredo das cerimônias, agravado pela admissão de homens de todas as religiões; e um motivo oculto, que já foi objeto de diversas especulações, mas que encerraria, provavelmente, um caráter político.

Essa condenação foi repetida por quase todos os papas que se seguiram: Benedito XIV, Pio VI, Pio VII, Leão XII, Pio VIII, Pio IX, Leão XIII. Nesse contexto, é lícito afirmar que foram as encíclicas de Pio IX as que influenciaram diretamente o contencioso brasileiro. Sua constituição *Apostolicae Sedis*, de 1869, unificou todas as condenações anteriores, afirmando a excomunhão *latae sententiae*, reservada especialmente ao papa contra todos os que “dão seu nome à seita dos maçons ou dos carbonários ou a outra seita do mesmo gênero, que maquinam aberta ou secretamente contra a Igreja e contra os legítimos poderes e contra quem de qualquer modo favoreça tais seitas, inclusive os que não denunciam os ocultos corifeus delas”.<sup>12</sup>

Em 1917, O Papa Benedito XV promulgou o Código de Direito Canônico que, em seu artigo 2.335, precéitua: “Os que dão seu nome à seita maçônica ou a outras associações do mesmo gênero, que maquinam contra a Igreja ou contra os legítimos

<sup>12</sup> LINHARES, op. cit., p. 160.



poderes civis, incorrem *ipso facto* na excomunhão *simpliciter* reservada à Sé Apostólica.”<sup>13</sup>

Atualmente, quem melhor exprime o pensamento católico é D. Eugênio de Araújo Sales:

“O novo Código de Direito Canônico assim se expressa: ‘Quem se inscreve em alguma associação que conspira contra a Igreja, seja punido com justa pena; e quem promove ou dirige uma dessas associações, seja punido com interdito’ (cânon 1.374). No dia seguinte à entrada em vigor do novo código, isto é, 26 de novembro, é publicada a citada declaração com a aprovação do Santo Padre. Diz o documento que a maçonaria não vem expressamente citada por um critério redacional e acrescenta: ‘Permanece, portanto, inalterado o parecer negativo da Igreja a respeito das associações maçônicas, pois os seus princípios foram sempre considerados inconciliáveis com a doutrina da Igreja e, por isso, permanece proibida a inscrição nelas’.”<sup>14</sup>

Finalizando essa pequena digressão, é lícito afirmar que a Igreja sempre condenou a maçonaria, seja por motivos temporais e políticos, na constante busca pelo poder, seja por motivos espirituais, uma vez que essa liberdade de credo é considerada nociva à integridade do rebanho. Atualmente,

os primeiros podem ser considerados anacrônicos, uma vez que ambas as instituições há muito deixaram de ter a influência e o prestígio que possuíam. Os segundos, todavia, permanecem.

Por seu turno, a maçonaria teve, historicamente, diversos motivos materiais para opor-se à Igreja, em sua busca de espaços políticos que permitissem influenciar as decisões dos governantes. Quanto aos motivos espirituais, nunca houve, nem há, por parte da maçonaria, qualquer contencioso com a Igreja, uma vez que ela não é uma religião. Contudo, conforme demonstrado, é imperioso reconhecer que alguns de seus princípios – como a liberdade de credos e as reuniões em segredo – tornam essa instituição rejeitada pela maior parte das religiões, dogmáticas por natureza e definição.

Voltando a Caxias, mesmo não tendo participado de nenhum episódio dos contenciosos, seria lícito supor a delicada situação em que o mesmo foi envolvido, por assumir a presidência do Conselho de Ministros na condição de católico fervoroso e maçom de destaque. Todavia, para aqueles que já o conheciam, sua atitude só poderia ser a favor do Brasil, e pela mais clara e perene pacificação dos ânimos.

Assim foi que o marechal exigiu de D. Pedro II a imediata anistia aos bispos, como condição para sua posse na presidência do Conselho de Ministros. O monarca relutou, mas acabou cedendo, pela necessidade de tê-lo mais uma vez como executivo de seu governo. Apesar disso, sua condição de maçom ficou patente, o que provavelmente ocasionou seu afastamento da Irmandade da Cruz dos Militares. Essa

13 LINHARES, op. cit., p. 188.

14 SALES, Eugênio de Araújo. A Igreja frente aos maçons. In jornal *O Globo*, de 27 de janeiro de 2001, Rio de Janeiro, Brasil, 2001. Disponível em <http://www.iis.com.br/newage/port/249-1487.htm>. Pesquisa realizada às 22:30 horas de 29 de julho de 2003.

afirmativa é feita com base em charge publicada na capa da *Revista Illustrada* nº 27, de 15 de julho de 1876, que mostra o duque sendo enxotado da porta da igreja com uma vassoura e a legenda: “Com mil bombas! Enxotam-me insolentemente d’ esta Irmandade, chamando-me de maçom pestilento e eu hei de aprovar isso? Aqueles malcriados de Roma ignoram então que eu sou maçom?”

Com o retorno do Imperador da Europa, em 1877, Caxias é exonerado, ao tempo em que é nomeado um gabinete opositor. O valoroso guerreiro recolhe-se à Fazenda Santa Mônica, de seu genro, aonde viria a falecer em 1880.

“Suas derradeiras vontades são muito expressivas: pede que o seu enterro seja feito sem pompa, dispensando-se as honras militares e do Paço; que seu corpo seja carregado por seis soldados da guarnição da Corte, dos mais antigos e de bom comportamento, dando-se a cada um deles a quantia de 30\$000; que seu enterro seja custeado pela Irmandade da Cruz dos Militares; que não se embalsame seu corpo e que sobre seu cadáver figurem, apenas, as medalhas militares do Mérito e da Campanha do Paraguai.”<sup>15</sup>

## CONCLUSÕES

Como sói acontecer com alguns dos mais expressivos homens da história universal, o Duque de Caxias não foi devidamente reconhecido em vida, nem tampouco nas primeiras décadas que se seguiram ao seu falecimento.

<sup>15</sup> CARVALHO, op. cit., p. 135.

O próprio Imperador, embora o respeitasse e admirasse, demonstrou, em alguns episódios, uma ponta de inveja, talvez de alguém que pudesse lhe fazer sombra, e também até um pouco de desdém pelo soldado que, devido à absoluta fidelidade, tantas vezes comprovada, lhe devotava absoluto respeito e acatamento.

Soube o governo imperial, pelo menos, prestar-lhe significativa homenagem. Um dos últimos atos públicos, três meses antes da Proclamação da República, foi a inauguração, no Largo do Machado, de um monumento em bronze daquele que deve ser também considerado o sustentáculo do Império. Décadas depois, em 1949, a mesma estátua foi transportada para o Panteão, construído em frente ao Palácio Duque de Caxias, na Avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro.

A Igreja permitiu seu afastamento da Irmandade da Cruz dos Militares, conforme demonstrado. Interessante, todavia, foi o testamento do marechal, desejando que seu enterro fosse custeado pela Irmandade. Esse fato pode demonstrar que não havia mágoas, e que o citado episódio havia sido totalmente superado, ou que se tratou simplesmente de fazer valer um direito, como forma de promover um forçado desagravo *post-mortem*.

Os políticos o envolveram inúmeras vezes em episódios desagradáveis:

“Mas não imaginemos que o grande homem tinha o carinho da Nação; seus inimigos inventaram histórias contra sua honra e lhe acusaram de desonesto. E eis que o vemos, ainda não totalmente refeito, responder no Senado a cada uma

das injúrias e ataques e a provar que suas montarias e bestas de bagagem estavam sendo descontadas no soldo que recebia (...). Prefiro anos da campanha mais dura a meses de Ministério, ouviu seu biógrafo, Pinto de Campos, dos lábios do duque.”<sup>16</sup>

Após sua morte, a classe política rapidamente o esqueceu, embalada pela onda republicana que tomava o País após a Guerra do Paraguai e, principalmente, após o afastamento do valoroso estadista, reconhecidamente um conservador e fiel ao Imperador.

A maçonaria, acentuadamente inserida no contexto republicano, ignorou o falecimento do marechal e praticamente sepultou, junto com ele, suas memórias, só vindo a resgatá-las, segundo consta, em 1939, em sessão do GOB presidida pelo Grão-Mestre, General José Maria Moreira Guimarães, quando foi realizada significativa homenagem ao mesmo, com conferência proferida pelo General Benício da Silva. Vale ressaltar que, em diversos episódios, Caxias se viu na contingência de combater maçons, tais como: Diogo Antônio Feijó, Bento Gonçalves, David Canabarro e Giuseppe Garibaldi. Em todas essas ocasiões, sabendo que estavam seus irmãos equivocados, combateu-os com firmeza e agressividade – apesar da fraternidade e do tratamento digno que sempre dispensou aos vencidos – colocando os interesses da Nação brasileira acima de quaisquer outros e demonstrando, ainda, absoluta coe-

rência e fidelidade aos mais elevados ensinamentos da própria moral maçônica.

O próprio Exército seguiu a mesma linha. A chamada Questão Militar havia criado um claro contencioso entre a oficialidade e a monarquia, engrossando rapidamente as fileiras dos republicanos, liderados pelo Tenente-Coronel Benjamin Constant – o artífice da proclamação. Nas décadas que se seguiram, como é fácil compreender, os militares não cultivaram adequadamente a memória do Duque de Caxias, que só começou a ser efetivamente resgatada depois de mais de trinta anos. O dia 25 de agosto – data de seu natalício – passou a ser considerado o Dia do Soldado somente em 1923, com a edição do Aviso nº 443. Finalmente, foi oficialmente instituído Patrono do Exército Brasileiro por meio do Decreto nº 51.429, de 15 de março de 1962.

Apesar de uma existência caracterizada por efetiva participação em inúmeros conflitos de todos os tipos, “viveu sob a glória divina de vencer sempre”. Sua acendrada espiritualidade – caracterizada por fervorosa fé cristã e coerente com o sistema filosófico de moral maçônica – possibilitou que o destemido guerreiro somente desembainhasse a espada após vencer suas próprias paixões e submeter suas próprias vontades. Usou a força resolutamente, porém sem ódio, e por isso não despertou rancores. Colocou os mais nobres ideais acima das mesquinhas humanas, e dedicou-se inteiramente à construção da Nação que tanto amou. Caxias, Patrono do Exército, ocupa hoje um merecido lugar de destaque no altar da Pátria brasileira.

16 FROTA, Guilherme de Andréa. *Caxias*. Disponível em <http://www.dep.ensino.eb.br/dac/caxias/index.htm>. Consulta realizada às 11h45min de 1º de agosto de 2003.





## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- I SIMPÓSIO DA ACADEMIA CAMPINENSE MAÇÔNICA DE LETRAS. Campinas: Print House, 2001.
- BENTO, Cláudio Moreira. *Duque de Caxias: cristão de fé robusta*. Disponível em <http://www.resenet.com.br/users/ahimtb/caxico364.htm>. Pesquisa realizada às 02h35min de 23 de março de 2003.
- . *Caxias e a Unidade Nacional*. Disponível em <http://www.resenet.com.br/users/ahimtb>. Pesquisa realizada às 00h20min de 15 de abril de 2003.
- BIBLIOTECA DO EXÉRCITO (Brasil). *O Exército na História do Brasil*. 4 v. : il. col. Salvador, BA: Odebrecht, 1998.
- BRASIL, Francisco de Souza. Caxias: militar-estadista. In *Revista Militar Brasileira*: ano 66, v. 116, p. 33-40. Brasília: Centro de Documentação do Exército, 1980.
- CAMPOS, Pinto de. *Vida do Grande Cidadão Brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva*. Transcrição da introdução. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1978.
- CARVALHO, Affonso de. *Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1976.
- CASTELLANI, José. *História do Grande Oriente do Brasil: a Maçonaria na História do Brasil*. Brasília: Gráfica e Editora do Grande Oriente do Brasil, 1993.
- . *Piratininga: História da Loja Maçônica Tradição de São Paulo*. São Paulo: OESP, 2000.
- . *A Questão Religiosa do Segundo Império: algumas observações*. Disponível em: <http://www.castellani.com.br/artigos/catholic2.htm>. Pesquisa realizada às 22h10min de 25 de julho de 2003.
- COSTA, Antônio F. G. da. *Guia para a Elaboração de Relatórios de Pesquisa – monografias: trabalhos de iniciação científica, dissertações, teses e editoração de livros*. 2.ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Unitec, 1998.
- FERREIRA, Aurélio B. de H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2.ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FROTA, Guilherme de Andréa. *Caxias*. Disponível em <http://www.dep.ensino.eb.br/dac/caxias/index.htm>. Consulta realizada às 11h45min de 1º de agosto de 2003.
- IRMANDADE DA SANTA CRUZ DOS MILITARES. Folheto, 2003.
- LINHARES, Marcelo. *A Maçonaria e a Questão Religiosa do Segundo Império*. Coleção Ruy Santos, v. 1. Brasília: Senado Federal, 1988.
- LOJA UNIÃO ESCOCESA. *Discursos e mais peças de arquitetura recitas por acasião da posse das luzes e mais dignidades da sempre Augusta e Respeitável Loja União Escocesa, aos 26 dias do mês da verdadeira luz de 5847 e oferecidas ao Soberano Grande Comendador e Grande Inspektor do Grau 33, Conde de Caxias*. Rio de Janeiro: Tipografia do Irmão Bintot, 1847.
- MELLOR, Alec. *Dicionário da franco-maçonaria e dos franco-maçons*. Trad. Sociedade das Ciências Antigas. Coleção Arcanum, v. 7. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- MENESES, Antônio Lacerda de. *Igreja de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim*. Disponível em [http://www.ipahb.com.br/fotos\\_mage/mage\\_historica.htm#Alvo8](http://www.ipahb.com.br/fotos_mage/mage_historica.htm#Alvo8). Pesquisa realizada às 11h30min de 22 de maio de 2003.
- NAPOLEÃO, Renato Brenner. *Católico e maçom?* Disponível em <http://www.brasil.terravista.pt/AreiasBranças/2048/cat%C3%B3licoXma%C3%A7om.htm>. Pesquisa realizada às 21h20min do dia 15 de julho de 2003.
- PADECEME. N. 1 (1 quadrimestre de 2003). Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2003.
- PROBER, Kurt. *Duque de Caxias: sua vida na Maçonaria*. Rio de Janeiro: Academia Maçônica de Letras, 1972.
- REVISTA MILITAR BRASILEIRA. Ano 66, v. 116, nº especial. Brasília: Centro de Documentação do Exército, 1980, quadrimestral.
- PEREIRA, Otto de Alencar Sá. *D. Pedro II, Caxias e Zacarias: a grande vantagem da existência do Poder Moderador*. Disponível em <http://www.ihp.org.br/docs/oasp20000730t.htm#topo>. Consulta realizada às 19h40min de 2 de maio de 2003.
- SALES, Eugênio de Araújo. A Igreja frente aos maçons. In jornal *O Globo* de 27 de janeiro de 2001. Rio de Janeiro: Brasil, 2001. Disponível em <http://www.iis.com.br/newage/port/249-1487.htm>. Pesquisa realizada às 22h30min de 29 de julho de 2003.
- TERRA, João Evangelista Martins. *Pode um Católico ser Maçom?* Disponível em <http://www.brasil.terravista.pt/AreiasBranças/2048/cat%C3%B3licoXma%C3%A7om.htm>. Pesquisa realizada às 21h20min do dia 15 de julho de 2003.